5 Conclusão

He will judge between the nations and will settle disputes for many peoples. They will beat their swords into plowshares and their spears into pruning hooks. Nation will not take up sword against nation, nor will they train for war anymore.

(Isaiah 2:4)

Após a análise das preferências e das crenças dos principais atores políticos e sociais considerados nesta tese, examinarei, no item 5.1 da conclusão do argumento principal da pesquisa, os efeitos da variação do contexto institucional doméstico entre EUA e Rússia em perspectiva comparada. Tais preferências e crenças serão constantes neste item. Sintetizarei no 5.2 os principais pontos da tese, no qual também sinalizarei a corroboração da hipótese da pesquisa. No 5.3, farei primeiramente um breve panorama dos principais desenvolvimentos posteriores ao período considerado nesta investigação, relacionados às decisões dos EUA e da Rússia com relação a controle de armas e desarmamento nucleares e aos principais temas que serão discutidos na oitava Conferência de Revisão do TNP, em maio de 2010. Primeiramente, apresentarei os eventos relacionados a essa área nos anos seguintes à sétima Conferência de Revisão do TNP, ainda sob os governos Bush nos EUA e Putin na Rússia. Darei destaque a seguir a algumas das iniciativas desenvolvidas pelas administrações de Barack Obama nos EUA e de Dmitri Medvedev na Rússia e o caminho construído pelas duas potências para os debates sobre o regime estabelecido pelo tratado. Ao fim deste item, oferecerei algumas sugestões para novos estudos.

5.1. **A variação institucional doméstica em perspectiva comparada**

Ampliando o escopo do argumento de Milner (1997), destaquei no argumento central da tese que as preferências dos atores quanto às instituições políticas não se limitam apenas àquelas relacionadas à ratificação formal ou informal dos atos internacionais nos processos de formulação da política externa e de negociação internacional, mas se

estendem àquelas instituições que possam permitir a esses atores concentrar mais poder sobre as decisões ou ampliar seus ganhos de oportunidade de voz no sistema político a fim de que imprimam suas preferências no resultado final. Ademais, o controle sobre poderes decisórios pode variar não apenas por área temática e por país, mas ao longo do tempo dentro de um mesmo Estado, o que torna a análise ainda mais complexa. Essas variações ficam bastante visíveis quando analisamos comparativamente as instituições políticas domésticas dos EUA e da Rússia e a distribuição de poder promovida por elas.

Em ambos os países, o controle sobre o poder de formulação de agenda está predominantemente alocado no Executivo, o que permite aos membros de tal poder definir os termos do debate e estruturar alternativas para lidar com os problemas em questão. Porém, a centralização desse poder nas mãos do presidente foi mais evidente na Rússia. Nos EUA, a doutrina política de separação de poderes a fim de impedir abusos no exercício dessa autoridade estava associada a um sistema de *checks and balances*, que se referia ao poder que cada divisão do governo tinha para limitar as demais e que era estabelecido na própria Constituição norte-americana. Por exemplo, da mesma forma que o presidente poderia checar o poder do Congresso por meio da habilidade de vetar as legislações aprovadas pelos parlamentares, o Congresso teria poder para superar um veto presidencial. O conselho e o consentimento senatorial operavam também como uma forma de *checks and balances*. O sistema político norte-americano, assim, oferecia aos atores mais espaços de atuação e de influência, de forma a maximizar as chances de controlar as atividades do Executivo e de punir, conter ou depor as lideranças por um desempenho falho na produção de bens públicos. No caso da Rússia, em face de um número menor de espaços de atuação e de influência dos atores político-sociais, o Executivo encontrou maior possibilidade de sustentar seu poder garantindo bens privados aos membros de suas coalizões com os objetivos de preservar sua lealdade e de garantir a reprodução de sua autoridade (Bukkvoll, 2003, p.224).

Tal diferença no funcionamento das instituições entre os sistemas políticos norte-americano e russo fica clara quando examinamos a organização das principais instituições domésticas responsáveis por controle de armas, desarmamento e não-proliferação nucleares. Nos EUA, houve poucas alterações substanciais entre as competências dos membros do Executivo e dos demais atores político-sociais que favorecessem demais o presidente em prejuízo de outros atores, além de mudanças limitadas quanto às divisões de poderes dentro do próprio Executivo em relação a esses temas. Cabe, contudo, destacar que, no início da década de

2000, havia *bureaux* separados para Controle de Armas e Não-Proliferação, e havia um *Bureau* de Verificação e Aquiescência, sem competências para a implementação de acordos de controle de armas no Departamento de Estado. A partir de julho de 2005 – pouco depois da sétima Conferência de Revisão do TNP –, foi criado o *Bureau* de Segurança Internacional e Controle de Armas a partir da fusão dos *Bureaux* de Controle de Armas e Não-Proliferação, bem como a ampliação das competências do *Bureau* de Verificação, Aquiescência e Implementação no Departamento de Estado. Entretanto, transformações muito mais substantivas – que contribuíram consideravelmente para o aumento do poder do presidente e dos membros de sua equipe sobre as decisões relacionadas a controle de armas e desarmamento nucleares – ocorreram na Rússia. Em 2000, havia uma distribuição mais equilibrada de poder entre a Presidência da República e o Ministério de Relações Exteriores, além de que o Ministério de Energia Atômica era responsável pela produção e pelo armazenamento de materiais nucleares civis e na área de defesa, pelo desenvolvimento e pelo teste de armamentos atômicos e pela eliminação de munição e de ogivas em excesso. Até 2005, Putin centralizou institucionalmente as decisões de política externa, reduzindo o Ministério de Relações Exteriores à condição de executor – e não iniciador – dessa política. Ademais, o Ministério de Energia Atômica foi substituído pela Agência Federal de Energia Atômica, de mandato reduzido, e os aspectos militares da energia nuclear foram concentrados no Ministério de Defesa, no qual o presidente contava com grandes aliados (Kohlmeier, 2004).

Em ambos os países, o Legislativo é dotado de poderes de ratificação e veto, bem como de emenda. Por exemplo, no caso de tratados – aos quais se refere grande parte dos passos do plano de ação de 2000, embora ele próprio não tivesse o mesmo nível elevado de obrigação perante o direito internacional –, existe nos EUA a necessidade de consentimento de pelo menos dois terços dos senadores presentes para ratificação. Posteriormente, ainda há a possibilidade de ratificação / veto de um tratado emendado pelos senadores por parte da presidência da República. O Senado pode condicionar a aprovação ao incluir emendas ao texto do tratado e reservas, entendimentos, interpretações e declarações na resolução de ratificação. Já na Rússia, os tratados precisam da aprovação por maioria simples na Duma e no Conselho da Federação para a ratificação na forma de uma lei federal pela Assembléia Federal, sendo que, posteriormente, ainda há a possibilidade de ratificação / veto de tratado emendado pelo Legislativo por parte da presidência da República. Porém, no caso da Rússia, muitas instituições políticas democráticas eram incipientes, de forma

que as lideranças poderiam explorar o aparato de Estado a fim de garantir eleições de seus candidatos preferidos para o Legislativo e ampliar a influência de grupos específicos sobre a política externa. Nesse sentido, ainda que houvesse uma distribuição – relativamente flexível – de poder domesticamente, as instituições russas criavam condições de possibilidade para que a influência do presidente aumentasse sobre as políticas na área de controle de armas e desarmamento nucleares, tendo em vista que dificultavam a articulação da oposição e facilitavam o acesso de atores com preferências próximas às do Executivo a cargos políticos. Embora os EUA tivessem uma situação mais poliárquica domesticamente, as decisões políticas nessas áreas vinham refletindo gradativamente as preferências do presidente e dos membros de sua equipe mais pela conquista, pelos membros do partido do presidente no Legislativo, da maioria do Congresso, que apoiava a maior parte de suas propostas. Cumpre lembrar que, em ambos os Estados, as lideranças no Executivo poderiam, na busca de consentimento doméstico, oferecer compensações paralelas (Milner, 1997, p.73, 237-238); porém, no caso russo, a utilização de compensações implícitas ou escusas era mais provável em face da menor abertura de canais para punir, conter ou depor as lideranças que fizessem uso delas.

5.2.

A antiga ‘nova era do desarmamento nuclear’ dos EUA e da Rússia

Observa-se, ao fim desta pesquisa, que a hipótese apresentada no Capítulo 1 da tese foi corroborada. Num âmbito mais geral, foi possível perceber que a mudança das decisões político-estratégicas de grandes potências atômicas quanto à cooperação internacional na área de controle de armas e desarmamento nucleares resulta de basicamente dois fatores. Primeiramente, ela é fruto da alteração das preferências dos membros do Executivo em relação ao balanço entre armas ofensivas e defensivas e sistemas nucleares e convencionais na política de segurança, à forma e ao conteúdo dos instrumentos legais voltados para a administração dos recursos de violência e ao papel da dissuasão em face das ameaças de potências nucleares tradicionais, Estados-pária e atores não-estatais no nível internacional e das preferências da maioria do Legislativo e dos principais grupos de interesse em relação à política de segurança no nível doméstico. Além disso, a transformação das posições das grandes potências atômicas pode ser também explicada, em parte, a partir da mudança da ocupação dos principais cargos voltados para a formulação

das políticas externa e de segurança, cujas competências são distribuídas pelas instituições domésticas. A alteração das crenças dos principais atores políticos para disposições mais assertivas e conservadoras em relação à natureza do sistema e à centralidade dos fatores militares na formulação da política externa dificulta a cooperação internacional na área de controle de armas e desarmamento nucleares.

Lidando especificamente com as decisões de EUA e Rússia acerca do plano de ação de 13 passos práticos para o desarmamento nuclear entre 2000 e 2005, a hipótese apontou que as transformações dessas decisões foram provocadas por mudanças das preferências dos membros do Executivo para um maior papel dos sistemas ofensivos nucleares e defensivos na política de segurança, o uso de instrumentos mais flexíveis para a administração dos recursos de violência e a defesa da maior possibilidade de utilização das armas atômicas em campos de batalha. Essas alterações resultam da interação entre a possibilidade de reversão da cooperação com potências atômicas tradicionais e do fortalecimento de Estados-pária e organizações terroristas patrocinadas por alguns deles no nível internacional e a necessidade de atender às preferências da maioria do Legislativo e dos grupos de interesse em relação à política de segurança no nível doméstico. Ademais, as mudanças das decisões de EUA e Rússia também são causadas por mudanças da ocupação dos principais cargos voltados para a formulação das políticas externa e de segurança, cujas competências são distribuídas pelas instituições domésticas. A alteração das crenças dos principais atores políticos – maior assertividade e conservadorismo quanto à concepção da natureza do sistema internacional e à centralidade dos fatores militares na formulação da política externa – dificultou a cooperação internacional quanto aos passos do plano de ação, embora não tivesse impedido que ela acontecesse, mesmo que em termos menos robustos.

No desenvolvimento do argumento central, procurei, no Capítulo 2, explorar o marco teórico de referência para a análise, particularmente a relevância e a pertinência das perspectivas analíticas selecionadas e a natureza do diálogo que busquei estabelecer entre tais abordagens. Para examinar as decisões dos EUA e da Rússia com relação ao plano de ação de 13 passos práticos para o desarmamento nuclear, apliquei a perspectiva dos jogos de dois níveis (Putnam, 1988; Moravcsik, 1993; Milner, 1997) e, com o objetivo de ampliar o poder explicativo acerca do processo de formulação das posturas estratégicas e das posições negociadoras iniciais das grandes potências atômicas e do impacto de princípios e de crenças causais nos resultados políticos, desenvolvi a interação dessa perspectiva analítica com o Modelo da Política Burocrática de Graham Allison

(1971, p.144-184) e a abordagem neo-institucionalista sobre o impacto de idéias na política externa (Goldstein & Keohane, 1993), respectivamente.

Os jogos de dois níveis permitiram considerar não só os impactos das transformações sistêmicas e a necessidade de as potências responderem a um novo ambiente estratégico, mas principalmente a influência que os elementos domésticos exercem no processo de negociação internacional sobre os passos do plano de ação de 2000. O diálogo com o Modelo da Política Burocrática viabilizou o acréscimo de poder explicativo a tal perspectiva, num momento em que trouxe instrumentos mais densos para o exame da dinâmica política de formulação de posturas estratégicas e posições negociadoras iniciais de ambas as grandes potências atômicas a partir da investigação da barganha entre jogadores situados hierarquicamente no governo. Já a abordagem neo-institucionalista sobre idéias possibilitou a consideração da forma como os princípios, as visões de mundo e as crenças causais de formuladores de decisão auxiliam-nos a se decidirem num contexto marcado pela incerteza e, com isso, conduzirem uma ação que pudesse afetar os regimes internacionais de controle de armas e desarmamento e os passos do plano de ação de 2000. O diálogo entre as três abordagens foi feito a partir dos princípios da escolha racional (Almeida, 1989, p.9-10; Dutta, 1999, p.4-5). O estudo foi desenvolvido com base na definição de quebra-cabeças, formulados como problemas para atores racionais, interagindo em situações marcadas pela falta de recursos (Katzenstein et al., 1998).

Aplicando tal arcabouço teórico no Capítulo 3, procurei explicar por que os EUA decidiram não cumprir até 2005 total e efetivamente o plano de ação de 13 passos práticos para o desarmamento nuclear, estabelecido na sexta Conferência de Revisão do TNP, em 2000. Primeiramente, investiguei as principais causas da disposição demonstrada pela administração Clinton de cumprir total e efetivamente o plano, para que, logo a seguir, fosse possível captar a natureza e a magnitude da mudança trazida por Bush. Na análise do processo de formação das posturas estratégicas e da posição negociadora inicial norte-americanas e da interação entre os níveis doméstico e internacional durante a sexta Conferência de Revisão do TNP neste primeiro momento, evidenciei que os líderes dos EUA buscaram administrar demandas externas e internas, de maneira a preservar instrumentos jurídicos com alto nível de obrigação e de precisão, mas, dentro dessas restrições, fortalecer a autonomia para lidar com os novos desafios do sistema internacional. A maioria dos legisladores – dotados de poderes de ratificação, veto e emenda sobre a agenda internacional pelas instituições domésticas – era republicana

e utilizava seus poderes para impedir decisões do Executivo que, na sua visão, limitassem consideravelmente a flexibilidade dos EUA para responder aos desafios do novo contexto estratégico. As crenças mais assertivas e conservadoras do Legislativo reforçavam sua certeza sobre o caminho a ser seguido e se chocavam com as crenças menos assertivas da maior parte da administração Clinton.

Num momento seguinte no Capítulo 3, investiguei o processo de formação das posturas estratégicas e da posição negociadora inicial norte-americanas durante a administração Bush e a interação entre os níveis doméstico e internacional durante a sétima Conferência de Revisão do TNP. A mudança da posição norte-americana quanto ao plano de ação foi resultado da alteração das preferências de membros do Executivo, que procuravam liberdade de ação para desenvolver defesas antimísseis; estabelecer a composição das forças ofensivas; e, se necessário, retomar testes nucleares para a fabricação de novas ogivas. Tais indivíduos venceram posições moderadas ao ressaltarem a ampliação da flexibilidade para atender a contingências. Essa orientação inicial foi reforçada em face da conciliação entre a necessidade estratégica de defesa diante da proliferação de armas de destruição em massa no nível internacional e da demanda doméstica pelo reforço da flexibilidade estratégica pela maioria republicana do Congresso e pelas Forças Armadas. O nacionalismo e a crença na “missão” de defesa universal dos valores democráticos fortaleceram a clareza sobre a importância da consolidação da flexibilidade estratégica e dificultaram a cooperação internacional na área de controle de armas e desarmamento nucleares.

No Capítulo 4, apliquei o mesmo instrumental teórico a fim de investigar por que a Rússia decidiu não cumprir até 2005 total e efetivamente diversos pontos do plano de ação de 13 passos práticos para o desarmamento nuclear, estabelecido em 2000. Analisando primeiramente por que o país decidiu cumprir total e efetivamente o plano para que se compreendesse a magnitude da mudança pós-sexta Conferência de Revisão do TNP, verifiquei que grande parte das lideranças no Executivo de tal país – que contavam principalmente com o apoio dos membros do Partido da Unidade e a aliança tática desses atores com o Partido Comunista no Legislativo – defendia a preservação de instrumentos jurídicos densos e precisos como o START II e o ABM na manutenção da estabilidade no relacionamento estratégico das duas grandes potências atômicas, a “desnuclearização” da política militar em face dos altos custos de preservação do arsenal atômico e da necessidade de desenvolvimento de armas convencionais para lidar com ameaças regionais e a preservação de uma postura cautelosa diante do possível desenvolvimento da defesa antimísseis

norte-americana. Embora os legisladores russos fossem dotados de poderes de ratificação, veto e emenda sobre a agenda internacional pelas instituições domésticas, Putin utilizou-as de forma a concentrar gradativamente em suas mãos o processo de formulação das decisões relacionadas às políticas externa e de segurança. Seus opositores eram em grande parte orientados por crenças mais assertivas e conservadoras que as do Executivo em relação à cooperação com os EUA na área de controle de armas e desarmamento, vendo que acordos favoráveis aos norte-americanos poderiam ser “traições ao interesse nacional russo”.

Logo após, realizei no mesmo capítulo a análise do processo de formação das posturas estratégicas e da posição negociadora inicial russas pós-2000 e a interação entre os níveis doméstico e internacional durante a sétima Conferência de Revisão do TNP. A transformação da posição russa quanto a diversos pontos do plano de ação de 2000 até 2005 resultou da mudança das preferências do Executivo diante das preocupações ainda maiores em torno da proliferação de armas de destruição em massa, do desenvolvimento acirrado da defesa antimísseis norte-americana e das pesquisas nos EUA sobre sistemas atômicos para teatros de operações. Putin e os membros de sua equipe buscaram evitar os obstáculos políticos e jurídicos à sua flexibilidade estratégica e valorizaram ainda mais a autonomia no planejamento militar. Primeiramente, eles levavam em conta a necessidade estratégica internacional em face da fraqueza das forças convencionais. Ademais, eles consideravam benefícios políticos domésticos, assegurando a membros da Duma e do Conselho da Federação e aos setores militares que as contramedidas russas estavam em pleno funcionamento. A maioria do Parlamento russo era composta pelo Partido Rússia Unida, o que facilitava ainda mais a aprovação – mesmo que informal ou tácita – da agenda negociada internacionalmente pelo governo. As crenças mais assertivas e conservadoras do Legislativo quanto à necessidade de preservação da autonomia de ação na área de controle de armas e desarmamento para fazer frente aos EUA e às novas ameaças reforçavam sua certeza sobre o caminho a ser seguido, sendo compatíveis com as crenças cada vez mais assertivas e conservadoras do Executivo. Isso dificultava, mas não impossibilitava a cooperação internacional.

5.3. Desenvolvimentos posteriores e sugestões para novos estudos

Nos anos seguintes à sétima Conferência de Revisão do TNP, tanto os EUA sob a administração Bush como a Rússia

sob o governo Putin mantinham sua postura de maximização de sua flexibilidade estratégica e de abandono, negligência ou descaso em relação a compromissos mais densos no que dizia respeito ao controle de armas e ao desarmamento nucleares. Quase quinze anos depois do fim de Guerra Fria, os EUA continuavam a gastar bilhões de dólares anualmente na manutenção e na melhoria de suas forças atômicas. A administração Bush estava desdobrando uma capacidade nuclear de ataque preemptiva maior e mais precisa na Ásia-Pacífico e mudando a doutrina rumo ao direcionamento das forças atômicas estratégicas para complexos e centros de comando de armas de destruição em massa. O Departamento de Defesa estava atualizando os planos de ataque nuclear a fim de refletir a nova diretriz presidencial e a transição no planejamento de guerra de um plano operacional integrado pesado da época da Guerra Fria para planos de ataque mais flexíveis e menores destinados a derrotar novos adversários. Os objetivos maiores eram garantir a segurança dos EUA e de seus aliados e dissuadir, deter e, se necessário, derrotar adversários num conjunto amplo de contingências. Um desses novos planos apontava para o uso rápido de capacidades de guerra nuclear, convencional e informacional a fim de eliminar – preemptivamente, se necessário – alvos “urgentes” em qualquer parte do mundo (Norris & Kristensen, 2006a).

Já a Rússia dava continuidade ao processo de redução mais ampla de suas forças nucleares. Porém, anunciava seus planos para novos sistemas e melhorias em alguns existentes. Em face das condições econômicas mais favoráveis do país, o governo buscava reafirmar sua força atômica depois de anos de declínio. Putin disse que a Rússia estava restabelecendo exercícios militares de larga escala, enquanto muitos funcionários do Kremlin faziam declarações sobre a relevância da postura nuclear (Norris & Kristensen, 2006b). O presidente ressaltava que o arsenal atômico futuro não seria rivalizado, embora as atividades nucleares correntes sugerissem que esse era mais um objetivo de longo prazo do que uma possibilidade no curto. Até 2006, a Rússia conduzira seu primeiro teste de vôo de um novo SLBM e um segundo experimento bem sucedido de uma nova ogiva. Contudo, as novas armas poderiam estar a anos de seu desdobramento, e o país ainda estava retirando de serviço os mísseis antigos mais rapidamente do que desdobrando os novos por causa de limitações no orçamento (Boese, 2006).

Uma mudança na direção das políticas de ambos os Estados com relação ao controle de armas e ao desarmamento nucleares parece estar ocorrendo desde o começo de 2009. Com o início do mandato de Barack Obama como presidente dos EUA em janeiro daquele ano, ele e os membros de sua equipe indicaram a intenção de reverter algumas das

principais políticas da Era Bush nessas áreas. A secretária de Estado Hillary Clinton indicou que a administração buscaria ativamente a ratificação do CTBT no Senado, bem como a negociação de novos acordos para o controle e a redução de armas nucleares estratégicas com a Rússia e a revisão da perspectiva com relação às conversações sobre um possível FMCT. Quanto ao CTBT, Clinton declarou que a administração Obama trabalharia intensivamente com os senadores a fim de oferecer a eles garantias quanto às questões técnicas como a verificação da proibição dos testes. A secretária de Estado também declarou que o governo solicitaria ao Congresso a contribuição completa dos EUA ao Sistema de Monitoramento Internacional da Organização do CTBT. Quanto à negociação de novos acordos sobre controle e redução de sistemas atômicos estratégicos com a Rússia, Obama, Clinton e outros membros do Executivo norte-americano disseram que desejavam mais reduções, em especial porque o START I expiraria em dezembro de 2009. A secretária de Estado inclusive sinalizava que a não-proliferação nuclear e as negociações sobre reduções ofensivas estratégicas eram sua “mais alta prioridade”. No seu discurso de posse, Clinton ressaltou que a administração Obama estava disposta a romper com a posição de seu antecessor quanto às negociações do FMCT e a restabelecer o apoio dos EUA a um mandato de negociação que incluísse procedimentos densos de monitoramento e de verificação (Harvey, 2009).

Embora ainda ressaltasse a importância das armas nucleares não-estratégicas na política de segurança em face da superioridade do arsenal convencional norte-americano, do alargamento da OTAN e da presença de sistemas atômicos dos EUA no território de países europeus (Kelleher & Warren, 2009), o presidente russo Dmitri Medvedev – que assumiu o cargo em maio de 2008 – enfatizou o comprometimento de seu país com a busca do desarmamento nuclear sob o Artigo VI do TNP, demonstrou seu apoio ao CTBT e às negociações de um FMCT efetivamente verificável e aplaudiu o desenvolvimento de perspectivas multilaterais para o ciclo de combustível nuclear. Quanto às negociações de um novo tratado sobre reduções ofensivas estratégicas com os EUA, o presidente ressaltava que ambos os países estavam reforçando seu compromisso em atingir um mundo livre de armas nucleares, aspiração constantemente ressaltada por Obama. Segundo Collina (2009), os russos viam positivamente a disposição dos norte-americanos de negociar questões também relacionadas a veículos de lançamento com capacidade atômica, como ICBMs que poderiam ser armados com ogivas não-nucleares, e desejavam que esse novo tratado trouxesse uma ligação clara e explícita entre as armas ofensivas e o desdobramento da

defesa antimísseis na Polônia e na República Tcheca. Entretanto, era improvável que se tocasse nessa ligação no novo acordo sobre armas ofensivas estratégicas em face dos obstáculos que ela poderia causar à ratificação desse novo tratado no Senado norte-americano. Ainda assim, uma declaração conjunta assinada pelos presidentes em julho de 2009 ligava ambos os temas, mas não os incorporava no texto de um novo ato juridicamente vinculante. No mesmo mês, Medvedev e Obama assinaram um acordo definindo as provisões do novo tratado, que incluiria a redução de arsenais estratégicos desdobrados a 1.500-1.675 ogivas e 500-1.100 veículos de lançamento, o que representava uma redução ainda maior do que aquela prevista no START I e no SORT (Collina, 2009).

Nesse contexto da nova relação estratégica entre os EUA e a Rússia sob as administrações Obama e Medvedev, muitos especialistas acreditavam que obstáculos ao avanço do desarmamento nuclear visíveis na sétima Conferência de Revisão do TNP, em maio de 2005, poderiam ser superados na oitava, em maio de 2010. As perspectivas pareciam melhores no que dizia respeito à entrada do CTBT em vigor e ao avanço no controle e na redução de armas nucleares estratégicas com o novo acordo que estava sendo negociado entre os EUA e a Rússia sobre o tema, como já era visível no terceiro Comitê Preparatório da oitava Conferência, realizado em maio de 2009. Nessa ocasião, grande parte dos negociadores recebeu positivamente o restabelecimento dos compromissos de entrada do CTBT em vigor após anos de oposição ao tratado pela administração Bush. Ademais, destacava a importância do Artigo VI do TNP e as expectativas crescentes de progresso na área de desarmamento nuclear. Ressaltava-se o compromisso de desenvolvimento de um novo plano de ação definindo objetivos práticos, alcançáveis e específicos, bem como medidas que conduzissem à eliminação de sistemas atômicos. Atualizavam-se também outros compromissos práticos de desarmamento presentes no plano de ação de 2000, além do CTBT e das negociações do FMCT. Eram listados pontos como reduções profundas e verificáveis de arsenais nucleares estratégicos e não-estratégicos, a ampliação da transparência, a garantia da irreversibilidade das reduções, a redução do *status* operacional das forças, a diminuição do papel das armas nucleares nas políticas de segurança, o abandono de melhorias qualitativas de armamentos e o fortalecimento de mecanismos de verificação do desmantelamento das armas e materiais físséis (Johnson, 2009a).

A análise das posturas estratégicas e das posições negociadoras iniciais dos EUA e da Rússia sob as administrações Obama e Medvedev e a investigação da interação entre os fatores domésticos e internacionais na

definição das posições norte-americana e russa na oitava Conferência de Revisão do TNP podem ser desenvolvidas de forma análoga a esta pesquisa. Estudos futuros poderiam utilizar e aprimorar o arcabouço analítico desenvolvido nesta tese a fim de examinar tais decisões e ações. Analistas que se debruçassem sobre esse momento poderiam indicar os efeitos da variação de preferências dos membros do Executivo com a chegada de Obama e Medvedev ao poder, focando especialmente suas posições em relação ao balanço entre armas ofensivas e defensivas e sistemas nucleares e convencionais na política de segurança, à forma e ao conteúdo dos instrumentos legais voltados para a administração dos recursos de violência e ao papel da dissuasão em face das ameaças de potências nucleares tradicionais, Estados-pária e atores não-estatais. Eles poderiam considerar também os efeitos das variações institucionais e da distribuição de poder, bem como da mudança da ocupação dos principais cargos voltados para a formulação das políticas externa e de segurança. Além disso, poderiam levar em conta que a alteração das crenças dos principais atores políticos para disposições possivelmente menos assertivas e conservadoras em relação à natureza do sistema internacional e à centralidade dos fatores militares na formulação da política externa no momento em foco facilitariam a cooperação internacional nessa área.

Minha expectativa é a de que se possam desenvolver generalizações de médio alcance sobre as decisões dessas grandes potências com relação à busca de autonomia estratégica, possivelmente abrindo portas para que se aplique futuramente o instrumental aqui proposto a decisões tomadas por tais potências em outros temas relacionados ao controle de armas e ao desarmamento – como suas decisões quanto aos instrumentos políticos e jurídicos que tratam de sistemas químicos, biológicos e convencionais – e até em outras áreas temáticas, como política comercial, direitos humanos, meio ambiente etc. Espero que os argumentos aqui desenvolvidos também possam ser aplicados ao estudo das decisões de outras grandes potências nucleares que surjam no curso da história. Procurei lançar bases para que, no futuro, seja possível dar um primeiro passo para o desenvolvimento de hipóteses mais elaboradas acerca das decisões de pequenas e médias potências atômicas, como a França, o Reino Unido e a China. Indico uma forma possível dentre tantas para se examinarem as decisões de Estados na busca de autonomia estratégica. Almejo que esta tese possa contribuir para a ampliação do debate, na academia brasileira, sobre a formulação de políticas públicas e a definição das estratégias de enfrentamento das principais ameaças à segurança na contemporaneidade.